laborhistórico

Revista LaborHistórico
ISSN 2359-6910
v.12, n.1, e70061, 2026
DOI: 10.24206/lh.v12i1.70061

Artigo Dossiê

Um livro de rascunhos setecentista: a rotina metodológica anterior ao labor filológico

An eighteenth-century sketchbook:the methodological routine prior to philological work

Patrícia Santos de Jesus[1]

patysantosjesus@hotmail.com

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda[2]

marianafagundes@uefs.br

Alícia Duhá Lose[3]

alicia.lose@ufba.br

[1 e 2] Universidade Estadual de Feira de Santana
[3] Universidade Federal da Bahia

Editores-chefes
Marcus Dores
Célia Lopes

Editoras convidadas
Zenaide Carneiro
Mariana Lacerda
Alícia Lose

Dossiê:
Metodologia de Organização de Corpora Diacrônicos para Pesquisas em Sociolinguística Histórica

Recebido: 29/10/2025
Aceito: 21/03/2026

Como citar:
JESUS, P. S. de; LACERDA, M. F. de O.; LOSE, A. D. Um livro de rascunhos setecentista: a rotina metodológica anterior ao labor filológico.. *Revista LaborHistórico*, v.12, n.1, e70061, 2026. doi: https://doi.org/10.24206/lh.v12i1.70061

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar as análises sócio-histórica, codicológica, diplomática e paleográfica de *O Borrador em que lanço todas as cartas que escrevo, a partir de 1749, estando na Bahia*, de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco. A documentação faz parte do acervo de obras raras manuscritas da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (USP), e do banco de textos do NELP, o Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS). Em sua fase colonial, integra o projeto Guarda-chuva CE-DOHS: um *corpus* para uma caracterização linguístico-gramatical do português brasileiro - fase colonial e fase pós-colonial. A referida documentação é uma espécie de livro de rascunho, na qual Antônio Gomes – que se

This content is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

identificava como português, baiano e brasileiro – passou a anotar a partir de 1749 cartas e outros documentos. Datada de meados do século XVIII, a documentação é um testemunho vivo que revela os ritos da vida privada do fidalgo e do contexto sócio-histórico da Bahia daquele período. Em razão disso, configura-se como um documento valioso para as pesquisas em Sociolinguística Histórica, especialmente sobre o período colonial brasileiro, ainda pouco explorado nessa perspectiva. Por meio de uma abordagem teórico-metodológica interdisciplinar, como proposto pela sociolinguística histórica (Romaine, 1982; Hernández-Campoy; Conde-Silvestre, 2012), identificam-se: o *quê*? O *onde*? O *como*? O *quem*? O *para quem*? E *para quê*? (Petrucci, 2003) e (Mattos e Silva, 2004). Para além de tais saberes, lançam-se os olhares da Diplomática, da Codicologia e da Paleografia para o tratamento metodológico das escritas antigas (Contreras, 1994), Cambraia (2005) e (Lose, 2022). O *Borrador* é representativo de um período importante da história sociolinguística brasileira, recobre o período de gestação do português brasileiro (Mattos e Silva, 2004), e contribui significativamente para os estudos do português do período colonial, na medida em que lançará luz sobre um recorte temporal ainda pouco explorado, como se disse.

Palavras-chave

Português brasileiro. O Borrador. Sócio-história. Codicológia-Diplomática. Paleografia

Abstract

This work aims to present the socio-historical, codicological, diplomatic, and paleographic analyses of *O Borrador em que lamo todas as cartas que escremo, de partir de 1749, estando na Bahia* (The Draft in which I record all the letters I write, from 1749 onwards, while in Bahia), by Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco. The documentation is part of the collection of rare manuscripts at the Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, University of São Paulo (USP), and the NELP text bank, the Electronic Corpus of Historical Documents of the Sertão (CE-DOHS). In its colonial phase, it is part of the CE-DOHS Umbrella Project: a corpus for a linguistic-grammatical characterization of Brazilian Portuguese – colonial and post-colonial phases. The aforementioned documentation is a kind of draft book, in which Antônio Gomes – who identified himself as Portuguese, from Bahia, and Brazilian – began to record letters and other documents from 1749 onwards. Dating from the mid-18th century, the documentation is a living testimony that reveals the rites of the nobleman's private life and the socio-historical context of Bahia during that period. Therefore, it constitutes a valuable document for research in Historical Sociolinguistics, especially on the Brazilian colonial period, which is still little explored from this perspective.

Through an interdisciplinary theoretical-methodological approach, as proposed by historical sociolinguistics (Romaine, 1982; Hernández-Campoy; Conde-Silvestre, 2012), the following are identified: what? Where? How? Who? For whom? And for what purpose? (Petrucci, 2003) and (Mattos e Silva, 2004). Beyond such knowledge, the methodological treatment of ancient writings is approached from the perspectives of Diplomatics, Codicology, and Paleography (Contreras, 1994), Cambraia (2005), and Lose (2022). The Borrador is representative of an important period in Brazilian sociolinguistic history, covering the gestation period of Brazilian Portuguese (Mattos e Silva, 2004), and contributes significantly to studies of Portuguese from the colonial period, insofar as it sheds light on a still little-explored temporal segment, as mentioned.

Keywords

Brazilian Portuguese. The Draft. Socio-history. Codicology-Diplomatics. Paleography

Introdução

A reconstrução da história social linguística brasileira está na agenda do Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), que, ao lado de projetos parceiros em diferentes instituições de Ensino Superior no Brasil, vem empenhando grandes esforços para responder ao programa investigativo definido.

Mattos e Silva (2002) sugeriu pautas de pesquisa para a reconstrução, por aproximação, da história do português brasileiro, tanto em sua vertente culta como popular. Em relação ao português culto, afirma a pesquisadora:

> A reconstrução histórico-diacrônica do passado da face culta do português brasileiro poderá ser recuperada pela via tradicional desse tipo de trabalho para as línguas que estão representadas pela escrita, ou seja, pelo **escrutínio das fontes documentais,** ou seja, com base em *corpus* diacrônico seriado, constituído de documentos de tipos os mais diversificados possíveis, que serão a forma de aproximação possível para captar as variações linguísticas conviventes, e consequentemente, prováveis mudanças em curso que o exame da documentação do passado para o presente poderá indicar (Mattos e Silva, 2002, p. 19, Grifo nosso).

Essa perspectiva relaciona-se à quarta via de estudos proposta por Houaiss (1985), que está voltada para "a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética..., mas essencialmente linguística" (Houaiss, 1985, p. 127-128). Trata-se de árduo trabalho, sobretudo, a busca por fontes documentais que caracterizem as origens, ou seja, os primeiros séculos de colonização portuguesa no

Brasil; trabalho de "cabouqueiro, desenterrando penosamente os seus documentos, peneirando os dados" (Castro, 1996, p. 136-137), garimpando nos diversos arquivos públicos e privados, tanto no Brasil quanto em Portugal. Pois, quanto mais se recua no tempo, mais raros são os documentos (Mattos e Silva, 2004).

Nesta oportunidade, portanto, o objetivo é apresentar as análises sócio-histórica, codicológica, diplomática e paleográfica do documento *O Borrador em que lanço todas as cartas que escrevo, a partir de 1749, estando na Bahia*, de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, um *corpus* representativo do período colonial brasileiro, atendendo a uma das vias proposta por Mattos e Silva (2002).

Este artigo apresenta resultados parciais da tese em andamento intitulada *O Borrador de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco (1700-1800): edição semidiplomática e estudos sócio-histórico, codicológico-diplomático e paleográfico*[1], pesquisa que se vincula ao projeto Guarda-chuva CE-DOHS: um *corpus* para uma caracterização linguístico-gramatical do português brasileiro - fase colonial e fase pós-colonial, criado em 2010, sob a coordenação das professoras Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. Um dos projetos do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em parceria com o *Modus Scribendi* - Grupo de Pesquisas Paleográficas, Filológicas e Históricas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenado por Alícia Duhá Lose e Lívia Borges Souza Magalhães, como se verá adiante.

1. Sobre o projeto Guarda-Chuva e a representatividade e significância do corpus para os estudos do português colonial

O trabalho que aqui se apresenta integra um projeto maior, o projeto Guarda-chuva CE-DOHS: um *corpus* para uma caracterização linguístico-gramatical do português brasileiro - fase colonial e fase pós-colonial[2], criado em 2010, sob a coordenação das professoras Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, inspirado no projeto Contribuições para a Constituição de um Banco de Textos e de um Banco de Dados para o Estudo da História do Português do Brasil, do Século XVII ao XX, criado em 1997, sob a coordenação de Ilza Ribeiro.

---

[1] Tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), sob orientação da professora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e coorientação da professora Alícia Duhá Lose, e com auxílio financeiro da CAPES.

[2] Conferir também o projeto ALFAL 25 - Para a História Linguística do Brasil Colônia: gramáticas, sócio-história, Paleografia e Filologia, coordenado pelas professoras Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, Alícia Duhá Lose e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. Disponível em: https://mundoalfal.org/sites/default/files/proyectos/Proj25.htm.

O projeto Guarda-chuva supracitado é um dos projetos do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP)[3], em parceria com o Grupo *Modus Scribendi*- Grupo de Pesquisas Paleográficas, Filológicas e Históricas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenado por Alícia Duhá Lose e Lívia Borges Souza Magalhães. Sobre o projeto Guarda-chuva, afirmam as coordenadoras:

> Trata-se de um projeto guarda-chuva – vinculado ao Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), da UEFS, com 25 anos de existência – que se dedica à constituição de corpora históricos de português brasileiro (fase colonial e fase pós-colonial), a partir de cuidadosa prospecção documental e estabelecendo rigorosos controles sócio-histórico, paleográfico e filológico, tendo em vista colaborar com os estudos sobre a história social linguística do PB (Mattos e Silva, 2004), em parceria com o Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB) e com o Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). Este projeto, que tem início em 2010, trata-se da continuação do projeto, intitulado Contribuições para a Constituição de um Banco de Textos e de um Banco de Dados para o Estudo da História do Português do Brasil, do Século XVII ao XX e iniciado no NELP/UEFS, em 1997, sob a coordenação de Ilza Ribeiro. Vê-se, daí, portanto, a longa trajetória que tem o NELP/UEFS no que diz respeito a estudos sobre o PB nas fases colonial e pós-colonial, firmando-se como uma das principais instituições responsáveis por essas agendas no Brasil, tendo reconhecimento internacional. (...) São significativos os resultados alcançados até o presente, especialmente no âmbito de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Consistem em análises sobretudo de natureza qualitativa (especialmente para o período colonial, haja vista a raridade dos documentos e os dados escassos), as quais dependem crucialmente de interpretações de base teórica, refinadas pela Paleografia (Carneiro; Lacerda, 2024, Início).[4]

O *Borrador* de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, *corpus* desta pesquisa, faz parte do acervo de obras raras manuscritas da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (USP)[5], e do banco de textos do NELP, o Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)[6], na sua

[3] Disponível em: https://nelp.uefs.br/.

[4] Para mais informações sobre o NELP, conferir Lacerda (2024).

[5] Agradecemos à Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin pela permissão de acesso ao Borrador e sua reprodução.

[6] Disponível em: http://www.uefs.br/cedohs/.

segunda fase, colonial (Lacerda; Lose; Carneiro, 2025). Consiste o documento em uma espécie de rascunho, no qual Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco – que era, a um só tempo, fidalgo da Casa Real, senhor de decadentes engenhos, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício da Inquisição e secretário da Academia Brasílica dos Renascidos – lançou cartas, anotações pessoais e financeiras, escritas principalmente por ele, a partir de 1749, possuindo, ao todo, 222 fólios.

Nos moldes propostos por Barbosa (2006), consiste em um *corpus representativo* e *significativo*, uma vez que é possível apresentar a qualidade de escrita de um grupo sociocultural de determinada época, seja escrita cotidiana ou especial, além de apresentar duas ou mais características, tais como:

> 1) sabe-se serem verdadeiramente autógrafos; 2) sabe-se a naturalidade de todos seus autores; 3) sabe-se de que tradição discursiva (oficial, religiosa etc.) são oriundos, e conta-se com a descrição de seus principais ritos e fórmulas; 4) foi-se capaz de contrapor homens a mulheres; 5) conta-se com grande volume de fólios distribuídos por longo período, o que permite estudo diacrônico com vários pontos de comparação; 6) conta-se com grande massa de textos editados sob os mesmos critérios e reunidos de diferentes locais do Brasil; 7) pode-se contrapor impressos a manuscritos; 8) conta-se com tipologia cada vez mais variada; 9) começa-se a controlar elementos discursivos fundamentais para a *provocação* de uma escrita mais cotidiana (Barbosa, 2006, p. 762).

Datado da segunda metade do século XVIII, o *corpus* é representativo das normas socialmente prestigiadas, apresentando elementos fundamentais para o estudo da formação do português brasileiro, porquanto Mattos e Silva (2004) defende que o português culto brasileiro começa a delinear-se nesse período. Nessa perspectiva, o *Borrador* pode evidenciar fenômenos linguísticos em uso naquele recorte temporal que sirvam para discussão de tal hipótese, como afirmam Cardoso, Carneiro e Lacerda (2021). Trata-se, igualmente, de uma documentação importante para discutir a hipótese de Tarallo sobre a emergência da gramática brasileira nos finais do século XIX. Segundo o autor, "sem vias de dúvidas (…), pode ser afirmado que o cidadão brasileiro já estava de posse, ao final do século XIX, de sua própria língua/gramática" (Tarallo, 1986, p. 79). Por este viés, a língua usada no século XVIII pode lançar luz a esta questão.

Uma descrição do *Borrador* e das relações sociopolíticas de Castelo Branco encontra-se em Jancsó (2008):

> Não porque diários privados (ou devassas ou peças literárias) não sigam normas e preceitos comumente observados à época de sua lavra, mas porque comportam registros da subjetividade

> não-policiada, vale dizer dos sentimentos, dúvidas e perplexidades diante do mundo, dos homens e do tempo, a exemplo dos papéis cuidadosamente preservados de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, fidalgo, senhor de engenho e de fazendas de gado sertão adentro, secretário da Academia Brasílica dos Renascidos e um dos signatários da *Representação de 1752*. Neles, o *colono* se revela, a um só tempo, *português*, *baiano* e *brasileiro*. O que, porém, era isso de ser *brasileiro* para esse descendente de ilustre linhagem que remonta aos primórdios da colonização? A resposta há que procurar nos seus registros ciosamente organizados em meio à crise que, geral à Bahia, se tornara mais ameaçadoras para a casa dos Ferrão Castelo Branco por motivos políticos. Seu pai, Alexandre Gomes Ferrão, que fora ocupante de cargos de prestígio – a provedoria da Santa Casa de Misericórdia e a vereança na Câmara de Salvador – à semelhança dos precedentes titulares da casa, foi, por entrar em rota de colisão com o vice-rei André de Melo e Castro, alijado do ambiente político da capital, deixando ao primogênito Antônio, além de muitos problemas práticos, um ensinamento que ele soube transformar em ferramenta de sucesso: levar sempre em conta a que ponto viviam "dependentes dos Governos os que temos as casas estabelecidas pelas conquistas" (*Borrador*, fl.3.v), função da íntima conexão entre as instâncias pública e privada de poder no Antigo Regime em colônia (Jancsó, 2008, p. 262-263).

O *Borrador* de Antônio Gomes é um testemunho vivo que revela as minúcias de sua vida pessoal. Nessas folhas amareladas e envelhecidas, o referido fidalgo desnuda os dramas vividos, as dificuldades enfrentadas, a preocupação com a família e seus interesses pessoais, o zelo com a autoimagem perante a sociedade colonial, as consequências da crise política e econômica daqueles anos, o contexto dos engenhos de açúcar e das fazendas de gado, os ritos de sua vida privada. É um registro raro, extremamente importante e valioso que recorta uma parte essencial da segunda metade do século XVIII baiano. Sem dúvida, um *corpus significativo* e *representativo* para o estudo da história da língua.

2. O controle metodológico para as pesquisas em Sociolinguística Histórica

A constituição de *corpora* para o estudo do português brasileiro é uma tarefa "laboriosa", de "cabouqueiro" que vai além da prospecção e localização dos documentos; é condição *sine qua non* identificar se os documentos são *representativos* e *significativos* para os estudos da língua. Nessa perspectiva, exige do pesquisador um alinhamento teórico e metodológico como proposto pela sociolinguística histórica (Romaine, 1982; Hernández-Campoy; Conde-Silvestre, 2012).

Para tanto, faz-se necessária uma refinada e rigorosa metodologia de controle da amostra, que deve garantir a autenticidade e confiabilidade do *corpus*. Nesse viés, é imprescindível e desejável o auxílio interdisciplinar que, por meio de diferentes óticas, lança luz sobre diferentes aspectos do objeto de análise.

Neste trabalho, para o controle sócio-histórico da amostra, dialogam saberes da Linguística Histórica sócio-histórica (Mattos e Silva, 2002) e da História Social da Cultura Escrita (Petrucci, 2003), que controlam para qualquer tempo e lugar as seguintes proposições:

> i) O *quê*? Em que consiste o texto escrito? O que precisa ser transferido para o código gráfico com o qual estamos familiarizados por meio da dupla operação de leitura e transcrição?
>
> ii) *Quando*? O período em que o próprio texto foi escrito, o testemunho que estamos estudando;
>
> iii) *Onde*? A área ou local em que o trabalho de transcrição foi realizado;
>
> iv) *Como*? Com quais técnicas, com quais instrumentos, em quais materiais, segundo quais modelos este texto foi escrito?
>
> v) *Quem* o produziu? A que ambiente sociocultural pertencia o executor e qual era a difusão social da escrita na época e no ambiente?
>
> vi) *Por que* este texto foi escrito? Qual era o propósito específico deste testemunho em particular e, além disso, qual poderia ter sido o propósito ideológico e social da escrita em sua época e local de produção? (Tradução nossa)

Essa perspectiva de investigação permite:

> compreender as funções atribuídas política e socialmente aos produtos escritos: o prestígio social dos escritores; o poder da escrita, seja aquele que pertence àqueles que possuem a capacidade de escrevê-la e exercê-la, seja o poder exercido sobre ela pelos aparatos políticos; os contextos de aprendizagem – da família à escola – e os conteúdos do ensino da escrita; o significado social dos professores de escrita; os processos de intermediação gráfica e sua relação com as atividades de escrita de pessoas analfabetas; o posição social das pessoas alfabetizadas; a necessidade social de aprender a escrever; e as práticas específicas da escrita, tanto em seus usos ativos (escrita) quanto passivos (leitura) (Sáez y Castillo, 2004, p. 28). (Tradução nossa)

Para além de tais saberes, lançam-se os olhares da Diplomática, ciência responsável por investigar o documento escrito e tudo que faz parte dele; da Codicologia, que se dedica ao conhecimento do códice como peça arqueológica e sua história, o uso que dele é feito e seus textos; e da Paleografia, ciência autônoma que, com métodos próprios e com fins específicos, se propõe a explicar as razões das diferenças morfológicas dos signos convencionais da escrita, por meio da descrição suscinta da morfologia das letras: o *ductus*, o ângulo, o módulo, o peso entre outros aspectos imprescindíveis para comprovar a autenticidade do documento e a identificação da autoria mecânica dos textos (Contreras, 1994), (Lose, 2022).

Como se vê, uma rede interdisciplinar que promove um rico e desejável diálogo, primordial para as pesquisas, que, como aqui, investigam textos de sincronias passadas, oferecendo ferramentas e métodos que, com critérios bem definidos e adequadamente aplicados, possibilitam análises rigorosas, confiáveis, solidamente fundamentadas.

3. O Borrador em que lanço todas as cartas que escrevo, principiado em 1º de Agosto de 1749, estando na Bahia: controle sócio-histórico

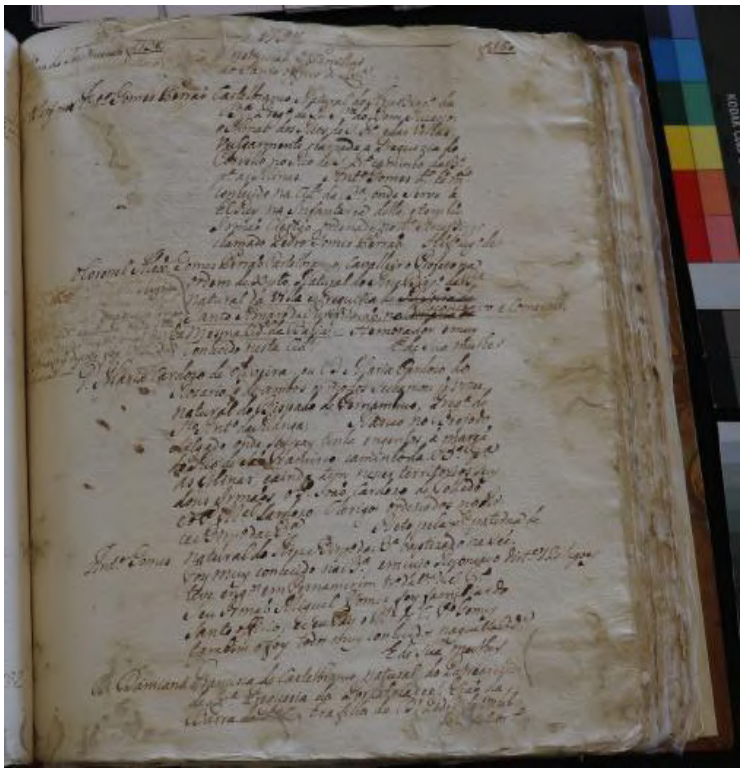
O Borrador em que lanço todas as cartas que escrevo, principiado em 1º de Agosto de 1749, estando na Bahia, de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, faz parte do acervo de Obras Raras manuscritas da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (USP).

Escrito entre 1749 e 1759, na Província da Bahia[7], principalmente por Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, reúne rascunhos de cartas e outros documentos, a exemplo do rascunho de Requerimento[8] de Instrução para Familiar do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa - um testemunho sócio-histórico e linguístico de grande valor, que o fidalgo apresenta com riqueza de detalhes diversos aspectos de sua vida pessoal, dados sobre a sua identidade, qualificações e linhagem. A seguir, uma ilustração do *Borrador*, f. 195r:

[7] Para compreender a Bahia do século XVIII, ver (Souza, 2005 e 2012).

[8] Os critérios para um processo de habilitação de familiar do Santo Ofício eram rigorosos; incluíam, principalmente, pureza de sangue, que exigia a comprovação de não ter ascendência judaica, muçulmana ou de "gente infecta" (como indígenas ou negros). Disso provinha a exigência para os candidatos comprovarem seus ascendentes e cônjuges, sua fé católica, sua boa vida e costumes. O processo era rigoroso, complexo e podia durar anos, sendo uma condição para a nomeação de cargos importantes, como o de familiar. Ver (Lopes, 2022).

Figura 1: Rascunho do requerimento de Instrução para Familiar do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco.



Fonte: Jesus (2025).

Em relação aos rascunhos da documentação epistolar que faz parte do *Borrador,* versam não somente sobre assuntos pessoais, entre familiares, mas também sobre negócios. Tendo contraído dívidas e desejando manter o lustro da família, o fidalgo, com o objetivo de "recuperar, preservar e aumentar 'o esplendor, estimação e respeito [da sua] casa', sai em busca de cargos e honrarias, a exemplo do que era obsessão comum aos portugueses da Europa e da América. [...] interessavam-lhe tanto comendas das ordens quanto postos militares." (Jancsó, 2008, p. 268).

Essas honrarias e postos implicavam para o fidalgo não só possibilidades financeiras para mitigar seus infortúnios domésticos, mas também o reconhecimento e a distinção como pessoa nobre, que, por essa ótica, pressupunham ampliação da riqueza, poder e fortalecimento da nobreza, aspectos vitais para pertencer ao topo da pirâmide social. Não à toa, buscou, incansavelmente, tais honrarias e altos postos de serviços. Para o fidalgo, "cá na America| são distintos os q*ue* os trazem, p*o*r serem raros" (f. 9v).

Seus interlocutores mais frequentes eram os parentes endinheirados e pessoas do alto escalão da corte. Em cartas enviadas para a sua avó Maria da Cruz Porto Carreiro e seus filhos, desfilam-se desesperados pedidos de ajuda financeira para manter a casa, que o fidalgo compara a uma "huá loba [faminta, que] ávintem ávintem se| dispendem insensivelm*en*te muitos mil cruzados". Em cartas enviadas em 24 de Agosto de 1751, "do mesmo theor ad verbum" (f. 184r); Castelo Branco

escreve: "nos remeta alguã couza" (f. 20v); noutra carta diz: "ir-mebotar áos pes de V*ossa*M*erce*, de minha | Avó, edos mais tios, para que se lebrem de nós, edaquellas po-|bres meninas, q*ue* há tanto tempo foraõ pa*ra* aquelle convento". Explicite-se, que uma das preocupações de Antônio Gomes era suas três irmãs[9], que, reclusas por falta de dote para contrair matrimônio, estiveram entre as cinquenta professas que inauguraram, em 1745, o Convento das Mercês[10] (Del Priore, 1997). Em diversos documentos e cartas ao longo do *Borrador*, o fidalgo expõe esta preocupação, como se vê no excerto a seguir:

> **1.** sobre tudo ograve empenho, q*ue* temos feito pa*ra* minhas| tres Irmaãs tomarem os habitos nas ursulinas de N*ossa* S*enho*ra das |Mercés tem posto esta casa em tal arrasto, q*ue* naõsey q uando| mais levantaremos cabeça, sem emb*argo* de sermos tantos á tra-|balhar pa*ra* o monte grande.

No entanto, tudo indica que o empobrecimento o afastava do lado rico da família, na qual ele depositava suas esperanças, e que fazia, provavelmente, "ouvidos moucos", pois as queixas do fidalgo em relação à falta de apoio dos familiares eram constantes: "tenho taõ justas queixas, | [...] poes sendo V*ossa*M*erce* ambos| meos tios Irmaõs deminha Mãy, experimento noseo des-|[amor] esquivanças, Muitas lhe tenho escrito [...] edenenhuã tive reposta". (f. 21v).

Para seu tio, o dezembargador Thomas da Costa de Almeyda de Castelo Branco, morador de Lisboa, pede que interceda junto ao rei para conceder-lhe o posto de capitão: "epropondo-me agora no posto p*ar*a q*ue* me propôz,| poderey sem milagre vir nelle provido, conforme v*ossasenhori*alá tanger os páos,| continuando avalerse da [d*it*a]S*enho*ra, e assim saltarey o barranco de cap*it*am".

Nas páginas do *Borrador*, registra-se, também, "o desejo de exibir-se com os signos de uma riqueza que não mais existia e que garantia, ainda naquela época, o reconhecimento social". Del Priore (1997, p. 278). Como se vê nesse trecho do *Borrador*: "comqueheide eu luzir para manter nesta Cidade publico opondo esplendor, estimação, e| respeito daCasa.

Comportam, portanto, nesses rascunhos que sobreviveram às traças e à ação do tempo, "registros da subjetividade não-policiada, vale dizer dos sentimentos, dúvidas e perplexidades diante do mundo, dos homens e do tempo" (Kantor, 2008, p. 262).

---

[9] Em fevereiro de 1757, as irmãs de Castelo Branco, Damiana, Justa e Rufina, professaram-se freiras.

[10] O Convento das Mercês em Salvador foi fundado em 1735 por Dona Úrsula Luiza de Montserrat. Teve um papel religioso e educacional ao abrigar a Ordem das Mercês, um colégio para meninas em regime de clausura, e por ser um centro de oração e devoção. O convento também foi, por séculos, um espaço de formação e vida comunitária para as freiras ursulinas.

3.1. Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco

Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco era brasileiro, baiano, solteiro à época de escrita do *Borrador*, nascido em 1728, no Arcebispado da Bahia, Freguesia da Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas dos Rios de São Francisco, e das Velhas, vulgarmente chamada Freguesia do Corvello. Era dono de engenhos, morgados e fazendas de gado sertão adentro, altamente letrado, fluente em língua francesa, foi sargento mor, capitão da sala de Sua Majestade, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício da Inquisição, fidalgo da Casa Real, secretário da Academia Brasílica dos Renascidos[11], e um dos signatários da Representação de 1752 (Jancsó, 2008).

Castelo Branco era descendente de uma das famílias mais importantes da Bahia do século XVIII, com ramificações em Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, e negócios que se estendiam pela África e pelo Reino (Kantor, 2003). Era filho primogênito do coronel Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco, um dos mais abastados fazendeiros do sertão baiano,[12] e ocupara cargos de prestígio na alta sociedade baiana, dentre os quais o de provedor da Santa Casa de Misericórdia e vereador na Câmara de Salvador (Kantor, 2008, p. 123). Alexandre Gomes foi cavaleiro da Ordem de Cristo, coronel das ordenanças do Rio São Francisco (Penedo) e sargento mor do regimento de infantaria das ordenanças da Capitania de Sergipe Del Rey.

Sua mãe era Dona Maria Cardoso de Oliveira ou Dona Maria Cardoso do Rosário, filha de Maria da Cruz Porto Carreiro e do sertanista, o coronel Salvador Cardoso de Oliveira, ambos de família rica e influente. Dona Maria da Cruz esteve envolvida em uma das mais rumorosas rebeliões das Minas – a Sedição de 1736[13] (Botelho, 2012). Era uma distinta senhora de família que teria sido educada pelas Carmelitas, e que fazia parte da prole da importantíssima família da Casa da Torre (Souza, 2011, p. 34). A mais relevante figura daquele sertão, nascida de uma família poderosa. Sua linhagem materna descenderia de Domingos da Cruz Porto Carreiro, que teve sua vida ligada ao processo de ocupação de terras em Sergipe. Era filha de Pedro Gomes de Abreu e seu avô, Pedro de Abreu e Lima, tiveram ligações familiares

[11] A Academia Brasílica dos Renascidos (inicialmente Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada em Salvador, em 1724) foi uma academia de Letras do Brasil Colônia, a serviço do Marquês de Pombal (Primeiro-Ministro de Portugal, de 1750 a 1777). Os acadêmicos Renascidos propunham-se a escrever a "História Universal da América Portuguesa", por meio de um programa de estudos que contemplava a história e a geografia eclesiástica, civil, natural e militar dos domínios portugueses na América, concebendo a América portuguesa como uma unidade geográfica e política (Kantor, 2004).

[12] VASCONCELOS, D. o de. História média de Minas Gerais. 1918. Op. cit., p. 100.

[13] A sedição de 1736 nas Minas Gerais foi uma revolta popular no sertão, principalmente no vale do rio São Francisco, causada pela implantação de novos impostos e pela resistência à cobrança de taxas. A insatisfação dos moradores com a cobrança do imposto sobre escravizados levou a motins que culminaram na expulsão de cobradores, saques e ameaças ao poder do governo colonial, que foi forçado a reprimir o movimento, embora as punições tenham sido mais brandas que o usual.

com descendentes de Cristóvão de Barros, conquistador da Capitania de Sergipe Del Rei (Souza, 2011).

Antônio Gomes teve dez irmãos legítimos. Era neto paterno de Antônio Gomes Ferrão, que tinha sido mestre-de-campo geral da Praça da Bahia. Era bisneto paterno do português Pedro Gomes, que nasceu na Província do Minho, se mudou para o Brasil em 1625 e recebeu terras às margens do Rio São Francisco, na primeira metade do século XVII – por sua atuação, juntamente com os índios Aramaru, na expulsão dos holandeses –, onde instituiu o Morgado do Porto da Folha, tornando-se alferes. Pedro Gomes foi governador do Rio de Janeiro e ocupou o cargo de mestre de campo na cidade da Bahia, onde se casou com D. Isabel da Costa Madeira e onde faleceu.

Ainda pela via paterna, Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco também foi bisneto de Pedro de Unhão Castelo Branco, influente desembargador português que morou na Bahia e que residia na quinta do Unhão, Solar do Unhão ou Solar da União. Como se vê, "a família Gomes Ferrão apresentava uma densa rede de relações familiares, indicativa do processo dos primeiros clãs coloniais e da sedimentação social, tanto dos laços inter-regionais como dos ultramarinos" (Kantor, 2003, p. 123).

Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco foi casado com Maria Felícia, filha do ouvidor em Sergipe Tomaz Feliciano de Albernaz e de Antônia Caetana, e tiveram dois filhos: Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco e Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco. Em declaração feita em 30 de outubro de 1794, na Vila de Penedo, Antônio Gomes[14] renuncia a favor de Pedro, à mercê da Ordem de Cristo, a tença de 60$ 000 reis e dois alvarás de lembrança que fora de seu pai Alexandre Gomes (Anais, 1912). A partir de 1794, Pedro Gomes assume a administração do Morgado do Porto da Folha.

Nos anos 1748, Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, com apenas 22 anos, assume as responsabilidades[15] da casa, família e negócios, depois que seu pai se recolhe no Morgado do Porto da Folha, a 80 léguas de Salvador, às margens do Rio São Francisco, devido a desavenças com o vice-rei André de Melo e Castro (Del Priore, 1997).

Em meio à crise[16] que estagnou os engenhos de cana-de-açúcar na Província da Bahia, Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco lutou desesperadamente para

---

[14] Antônio Gomes Ferrão Castelo Gomes participou da instalação da Vila de Propriá/SE, a 7 de fevereiro de 1802, em cuja Câmara registra em 1807, a posse e domínio de trinta léguas de terra na freguesia da dita Vila.

[15] Na sociedade patriarcal, sobretudo do século XVIII, o primogênito era o pilar da família, responsável por manter o prestígio familiar, gerir os negócios e assumir a responsabilidade pelos demais membros da família. Um panorama da sociedade patriarcal do século XVIII no Brasil pode ser visto em "Casa-Grande & Senzala" de Gilberto Freyre.

[16] A crise econômica que assolou a Bahia no século XVIII empobreceu e endividou muitos senhores de engenhos, inclusive a família Castelo Branco, especialmente devido à crise açu-

> reerguer as finanças da família e legalizar a situação das propriedades no sertão (O Morgado do Porto da Folha e Padre Eterno). A família [...] estava empenhada com diversas casas de crédito na cidade, devendo a parentes e amigos grandes somas de dinheiro (Kantor, 2003, p. 70).

Só e debruçado sobre o seu *Borrador*, Antônio Gomes aclara as frestas de sua vida privada, deixando aflorar a consciência que tem de si e do mundo que o cerca (Del Priore, 1997, p. 277). Nele, com caligrafia impecável, revela suas angústias, suas mazelas, seus interesses, devaneios, suas preocupações, aspectos de sua intimidade, os ritos de sua vida. Enfim, informações valiosas que serviram de base para construir o seu perfil biográfico, catalogado no quadro a seguir.

Quadro 1: Ficha de identificação de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco

Dados Pessoais
Nome completo: Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco.
Acervo correspondente: Acervo José Mindlin de Obras Raras manuscritas da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo.
Filiação: Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco e Dona Maria Cardoso de Oliveira.
Avós paternos: Antônio Gomes e Dona Damiana Francisca Castelo Branco.
Avós maternos: Salvador Cardoso de Oliveira e Dona Maria da Cruz Porto Carreiro.
Bisavôs paternos: Pedro Gomes, português nascido na região do Minho (fora Governador do Rio de Janeiro) e Pedro de Unhão (Português – influente desembargador).
Bisavôs maternos: Capitão Francisco de Oliveira e Catharina Cardoso do Prado e Pedro Gomes de Abreu.
Tataravô paterno: Gonsalo da Silva Ferrão.
Tios: Tenente Coronel Mathias Cardoso, Pedro Cardoso de Oliveira e João Cardoso de Oliveira.
Naturalidade: Baiana.
Data de nascimento: 1729.
Nacionalidade: Brasileira.
Data de falecimento: Desconhecida.
Estado civil: Solteiro (Casou-se mais tarde com Maria Felícia, filha do ouvidor em Sergipe Tomaz Feliciano de Albernaz e de Antônia Caetana, e teve dois filhos: Pedro Gomes Ferrão Castelo-Branco e Alexandre Gomes Ferrão Castelo-Branco).
Escolaridade: Altamente escolarizado, fluente em língua francesa.
Ofício: Fidalgo, Cavaleiro da casa de Sua Majestade, Sargento-Mor, Cavaleiro da Ordem de Cristo, secretário da Academia Brasílica dos Renascidos, Oficial do Santo Ofício; Signatários da Representação de 1752, Senhor de engenho e de fazendas de gado sertão adentro.
Tipo documental do material para estudo: Rascunho, cópias de cartas e documentos, e notas de recibos financeiros e outras notas e listas diversas.
Data da escrita dos documentos: 1749 a 1758.
OBS.: Incorporamos na descrição do perfil biográfico de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco dados sobre bisavôs paternos e maternos e tios, em razão do próprio scriptor considerar essas informações importantes para a sua identificação.
Fontes:
O Borrador em que lanço todas as cartas que escrevo, principiado em 1º de Agosto de 1749, estando na Bahia, de Antônio Gomes Ferrão Castelo Banco.

careira. Conferir Souza (2005, 2012).

DEL PRIORE, M. Ritos da vida privada. In: História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. Org. Melo e Souza, Laura. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JANCSÓ, I. "Brasil e Brasileiros: notas sobre modelagem de significados políticos na crise do Antigo Regime português na América". Estudos Avançados, São Paulo, vol. 22, 2008.

KANTOR, I. Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: HUCITEC/ Centro de Estudos Baianos/ UFBA. Acesso em: 13 out. 2025. 2004.

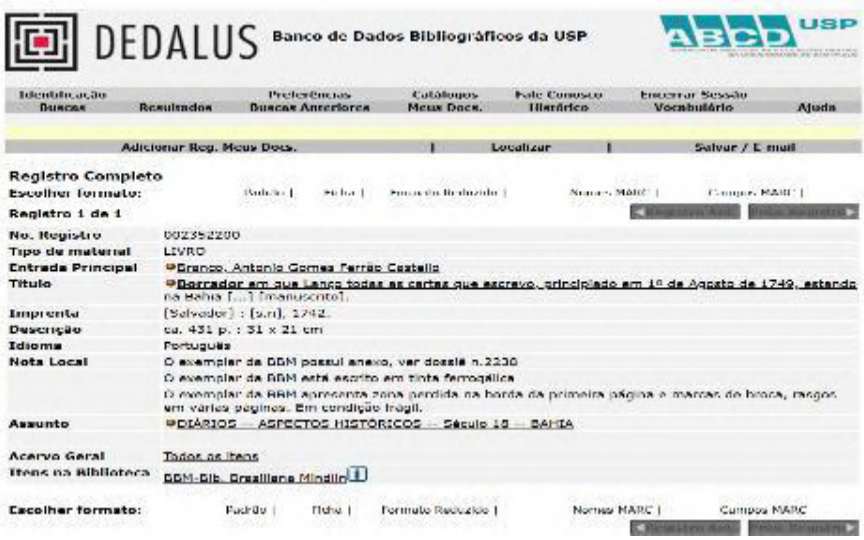
VASCONCELOS, D. de. História média de Minas Gerais. 1918. Op. cit.

Fonte: Elaborado a partir do modelo de Carneiro (2005).

4. Controle Codicológico-Diplomático

O Borrador em que lanço todas as cartas que escrevo, principiado em 1º de Agosto de 1749, estando na Bahia, de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, é um livro manuscrito que faz parte do acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, acervo de obras raras, coleção José Mindlin, como dito anteriormente. De circulação restrita, o livro pode ser emprestado para uso dentro da própria instituição, em uma sala reservada e preparada para este fim.

Figura 2: Informações de guarda



Fonte: DEDALUS.

Pode ser localizado pelo Sistema DEDALUS (Banco de dados Bibliográficos da USP) - um catálogo geral de consulta que permite pesquisar todas as obras de interesse acadêmico e geral, distribuídas pelos acervos das bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) -, pelo nome da obra já citado, pelo número de registro 002352200, também pelo número de localização BBM-Bib. Brasiliana Mindlin M1m 071, ou ainda, pelo código de barras 45000009863.

O códice, pela descrição catalográfica, mede 15,5 cm de largura, 25 cm de altura e 3 cm de espessura. Na época da visita *in loco*, não foi possível utilizar equipamentos de medição para precisar as reais dimensões do livro.

Figura 3: Aspecto geral do códice

Fonte: Jesus (2025).

Devido às condições físicas do códice, como se verá adiante, não foi possível digitalizá-lo por meio do Scanner BookDrive Mini, usado pela instituição. Desse modo, o manuscrito foi fotografado por meio de equipamentos profissionais capazes de capturar imagens com a maior precisão possível, especialmente com o fito de preservar as características do manuscrito, como é o ideal nas edições facsimilares. Essa etapa foi feita por duas operadoras para o menor desgaste do já frágil volume.

Quanto à descrição das características materiais, o manuscrito possui 221 fólios, recto e verso, contando com uma folha avulsa (fólio 114r e v), 442 páginas, destoando dos metadados informados pelo acervo.

Figura 4: Lombada

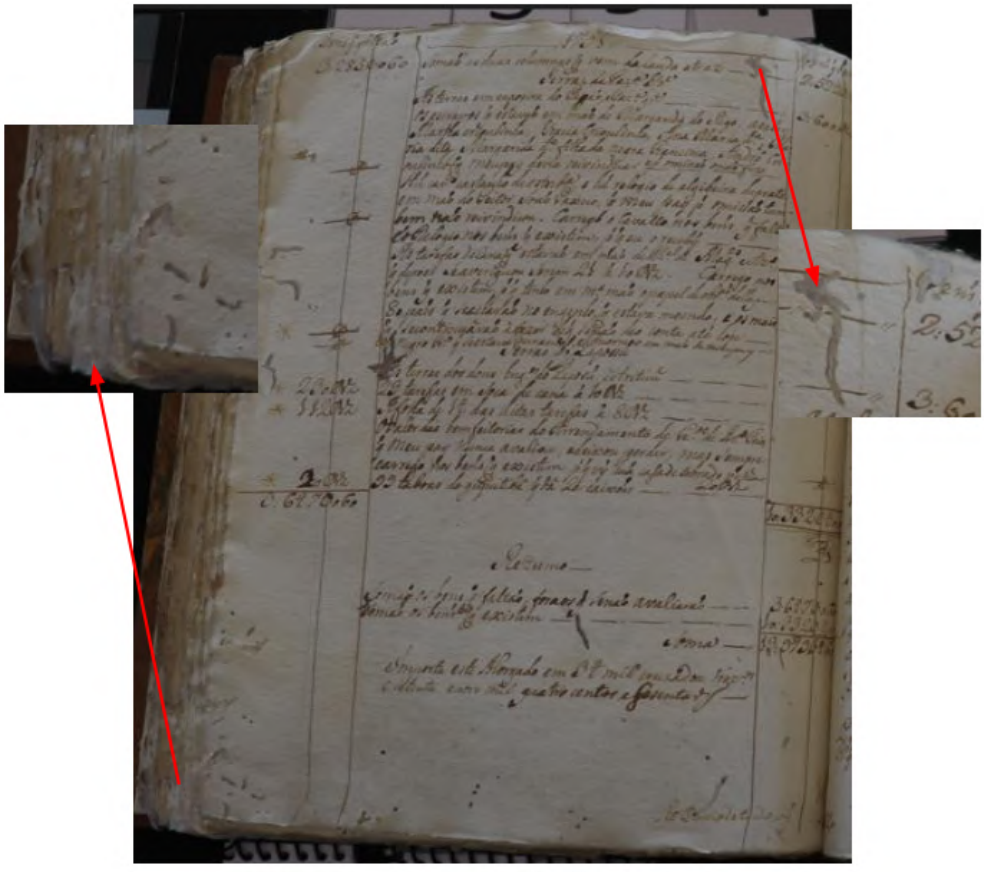
Fonte: Jesus (2025).

O códice possui encadernação posterior, provavelmente produzida nos séculos XIX ou XX, capa dura (de modelo meia capa com cantoneiras) com revestimento de couro na lombada, seguindo para as partes superiores e inferiores e cantoneiras nas bordas inferiores e superiores, em frente e fundo, feitas com o mesmo couro atanado. O centro da pasta é forrado com papel marmorizado nas cores marrom, amarelo e verde. Na lombada, há diversos elementos produzidos com ferros quentes e douração. As borduras também apresentam douração com ferros quentes, nas três bordas externas.

Quanto ao papel utilizado na confecção do *Borrador,* percebe-se que é de celulose de algodão, de coloração amarronzada, de espessura grossa. Sua superfície apresenta aspecto rugoso, característico da sua forma de confecção, na qual se evidenciam as linhas de catenetas e os pontusais. Não há marcas d'água evidentes a olho nu. Como não foi usado nenhum equipamento para iluminação e contraste sob o papel, não é possível afirmar que tais marcas não existam.

Entre os séculos XVI e XVIII, a produção de papel utilizava como matéria-prima principal a celulose de trapos de linho ou algodão. Os papéis mais fortes e duráveis eram obtidos a partir das fibras longas de linho, algodão ou cânhamo, muitas vezes derivadas de trapos de restos de roupas íntimas (Rickman; Ball, 2005).

Figura 5: Detalhes do papel

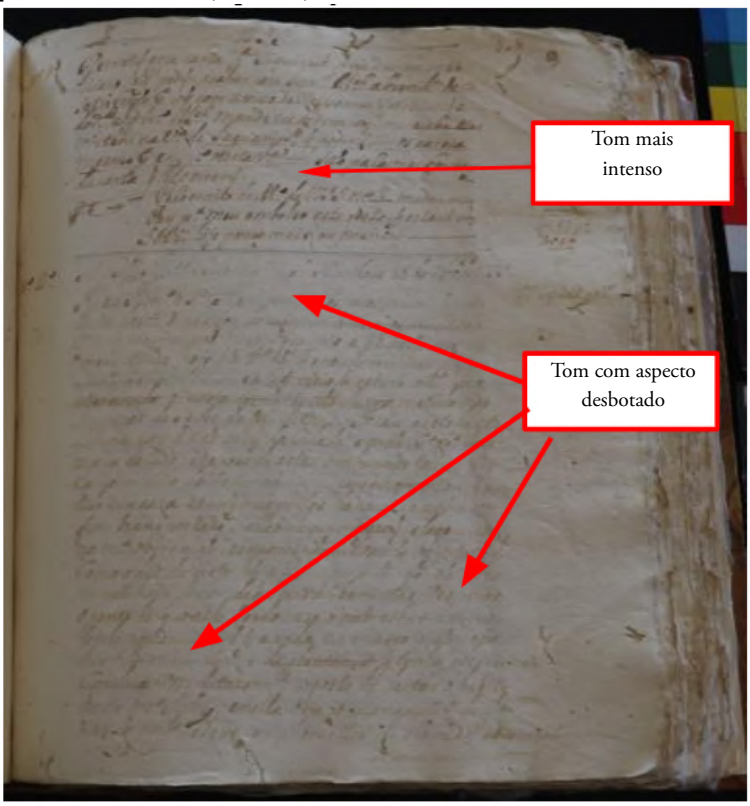


Fonte: Jesus (2025).

A tinta utilizada pertence à família das metaloácidas e também a tintas de composição orgânica, sem metais. São observadas, ao longo do livro, diversas tonalidades que vão do marrom ao quase preto. Nota-se também que em alguns fólios a tinta apresenta desbotamento.

As tintas metaloácidas foram amplamente usadas desde o século XV até o início do século XX. Seu princípio ativo era um complexo composto de metais e taninos obtidos a partir de nós de galha e sulfatos metálicos. A cor estava relacionada com a concentração da substância e com os processos químicos realizados antes e depois da produção das tintas. De coloração clara, com o tempo ela escurecia gradativamente, atingindo tons quase pretos. Segundo Gonçalves (2014), um mesmo tipo de receita poderia conter diferentes quantidades de soluto/solvente, aditivos e preparos diversos, resultando em tintas de qualidades e propriedades distintas.

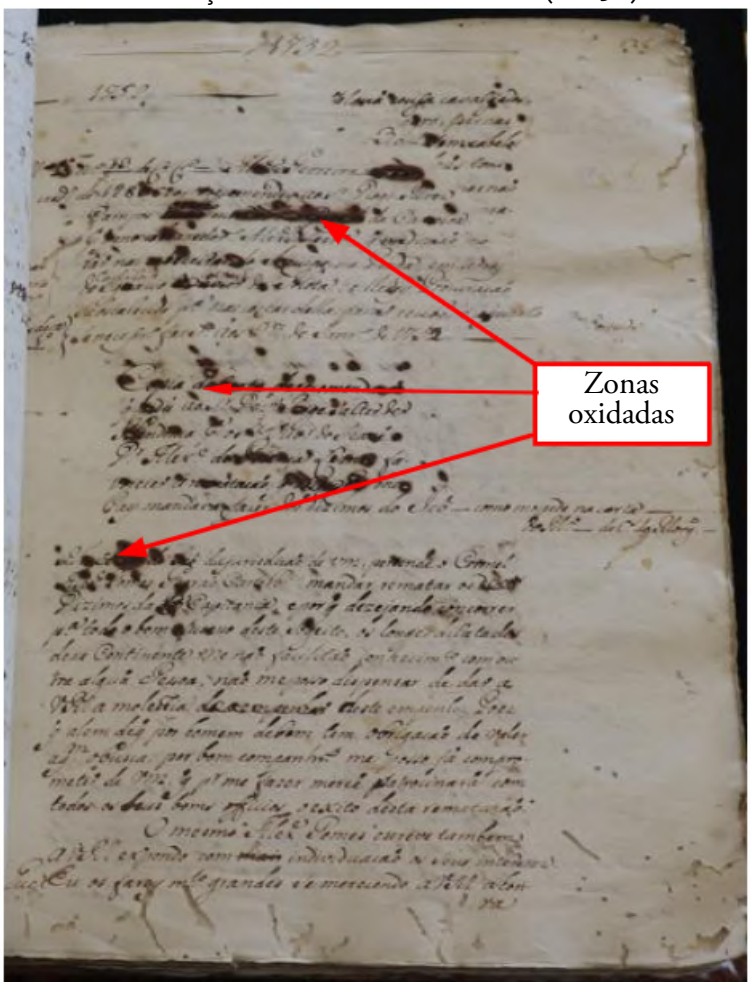
Figura 6: Aspectos da tinta (f. 106r)



Fonte: Jesus (2025).

No códice em análise, observam-se diversas tonalidades na mancha escrita. Variando de marrom mais consistente a marrom claro, em alguns fólios a tinta quase desaparece, enquanto em outros fólios, a tinta apresenta uma cor negra consistente. Observam-se, também, zonas oxidadas pela tinta em vários fólios. Como se disse, essas características estão relacionadas ao processo de produção, à concentração da substância utilizada, à quantidade de aditivos adicionados e ao excesso de ferro na composição, como destaca Corrêa (2016).

Figura 7: Manchas de oxidação da tinta metaloácida (f. 29v)



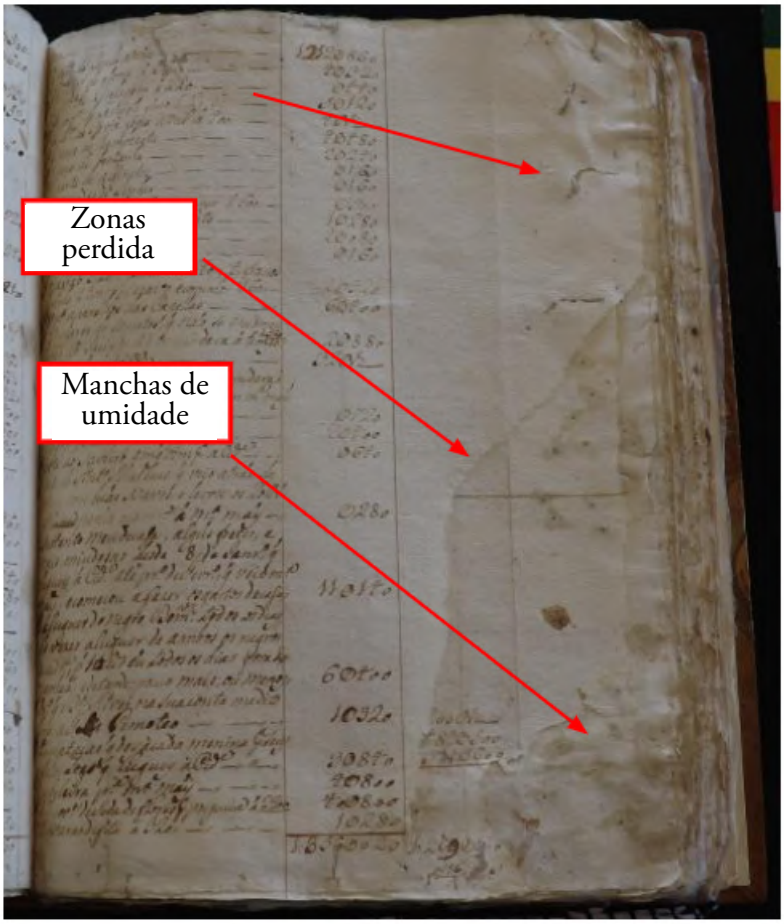
Fonte: Jesus (2025).

Segundo Corrêa (2016), tintas que possuíam alta concentração de ferro em sua composição contribuiriam para a oxidação e, portanto, para a degradação dos manuscritos. Hoje, diversas instituições arquivísticas enfrentam problemas na conservação dos manuscritos antigos em razão da oxidação das tintas ou, ao contrário, por causa do seu quase completo desbotamento, dependendo da sua composição.

Quanto ao instrumento de escrita, pode-se afirmar, em razão do contexto sócio-histórico de escrita, tratar-se de pena de ave, provavelmente de ganso, uma vez que, no século XVIII, esse era o principal instrumento utilizado na escrita.

Em relação aos danos, no suporte, de modo geral, o livro está bastante frágil, com folhas apresentando diversos problemas, partes retiradas ou rasgadas, zonas perdidas, bordas amassadas e desgastadas, corrosões provocadas pelas tintas, marcas de ataques de insetos papirófagos e manchas diversas, que podem ser decorrentes da umidade ou causadas pelo derramamento de algum líquido, como pode ser constatado nos fólios aqui apresentados.

Figura 8: Danos diversos no suporte (f. 153r)



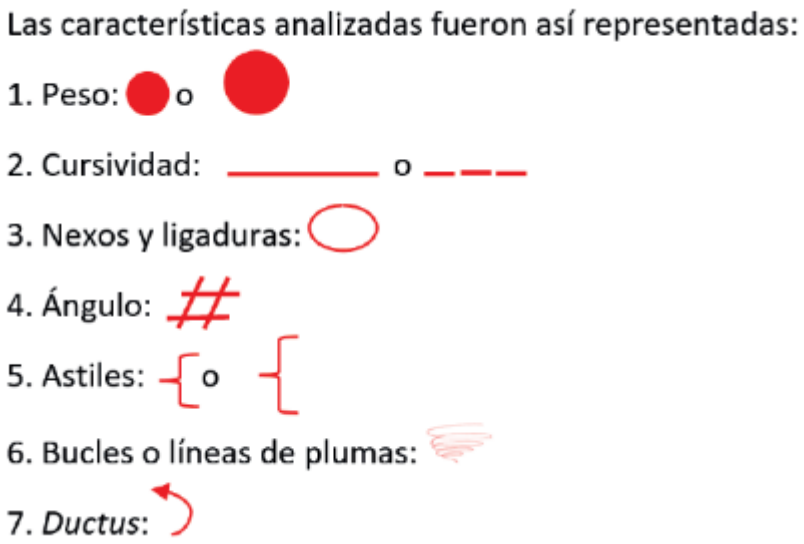
Fonte: Jesus (2025).

Todavia, a real situação dos fólios do códice só pode ser percebida na consulta *in loco* do manuscrito. Constata-se, por essa via, que muitos fólios estão extremamente frágeis, alguns, inclusive, parecem que vão desmanchar ao manuseá-los. Esse fato, especialmente, inviabilizou o escaneamento por parte do acervo e dificultou o processo de reprodução fotográfica do manuscrito.

5. O Controle paleográfico

Antes do acesso ao *Borrador*, a hipótese era de que Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco era o autor mecânico de todo o manuscrito. No entanto, a partir do momento em que se acessou o documento, a materialidade do referido códice teve-se a certeza de que outras mãos também se fizeram presentes ao longo de sua extensão. Acredita-se que Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco é autor mecânico de 195 fólios dos 217 de mancha escrita.

Como toda e qualquer investigação científica requer comprovação empírica e uso de métodos comprovados e eficazes, nesta pesquisa não será diferente. Por isso, para superar a questão da dúvida da autoria mecânica do referido códice, fez-se necessária uma análise paleográfica detalhada e consistente, por meio de uma metodologia que descreve e analisa os modelos caligráficos para a identificação das mãos, com base na proposta de Lose (2022), a saber:



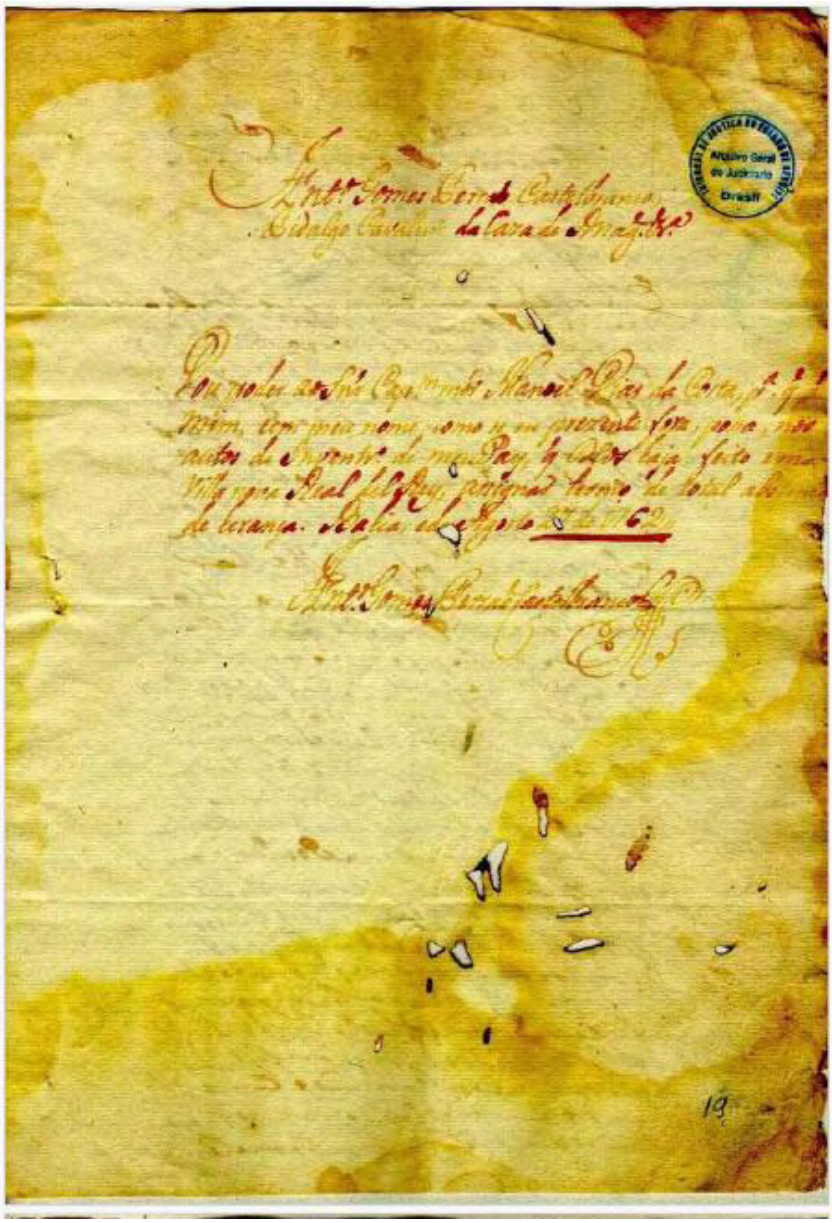
Para a identificação da mão de Antônio Gomes, faz-se um cotejo entre recortes retirados do Borrador e uma Procuração escrita e assinada pelo referido fidalgo, que faz parte do Inventário de seu pai, Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco, que integra o Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE), Catálogo Digital do século XVIII de Sergipe, considerando as características propostas por Lose (2022), acima apresentadas.

5.1. Cotejo das mãos

Apresentam-se os objetos para comparação:

Em 1: Procuração assinada por Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco.

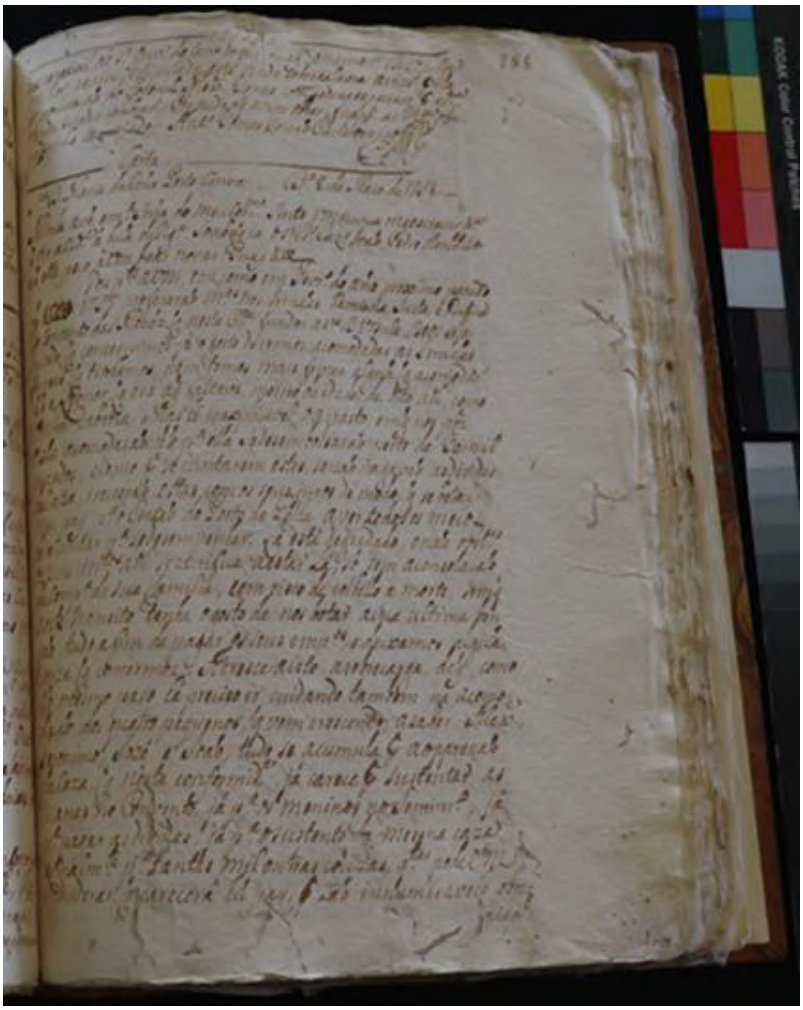
Figura 9: Procuração assinada por Antônio Gomes



Fonte: AGJSE1.

Em 2: Fólio 184r do *Borrador*, assinado, supostamente, por Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco

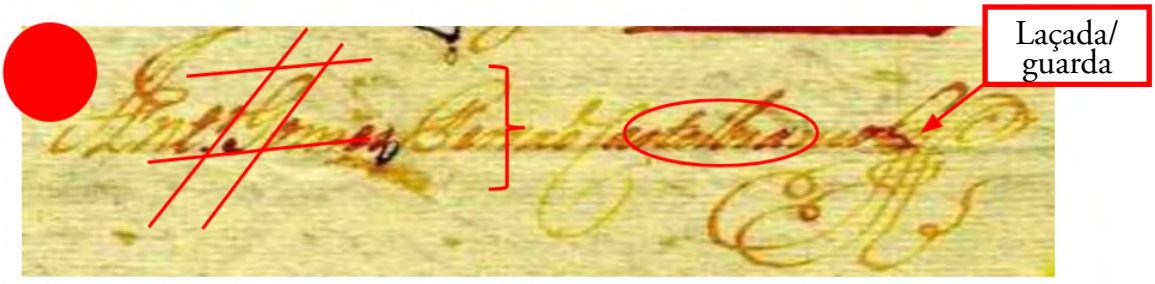
Figura 10: Excerto do *Borrador* (f. 184r)



Fonte: Jesus (2025).

Diante dos documentos apresentados, depreenderam-se, dos dois documentos, recortes das assinaturas que os compõem para analisar cada detalhe. Em primeiro plano, destaca-se a assinatura de Antônio Gomes, que consta na Procuração de Inventário de seu pai, Alexandre Gomes.

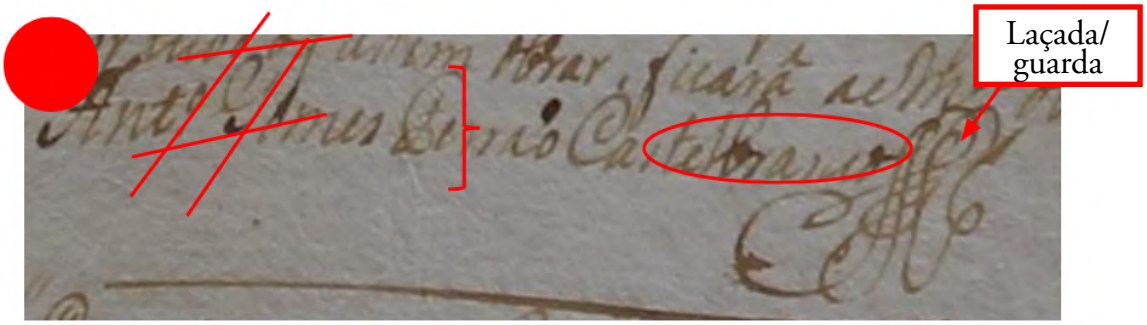
Figura 11: Excerto da procuração



Fonte: Jesus (2025).

Ao analisar a letra, com base nos elementos propostos por Lose (2022), pode-se afirmar que se trata de uma escrita pesada, com ângulo levemente inclinado para a direita, caracterizando uma mão dextrorrotatória, que consiste na utilização pelo *scriptor* da mão direita, para realizar a escrita. A escrita é cursiva em alguns pontos, semicursiva noutros, as ligaduras e nexos unem grafemas e, em alguns casos, também palavras. Na assinatura bem executada, observa-se a abreviatura no nome Antônio. É possível notar ainda uma laçada em formato de voluta ao final da assinatura.

Figura 12: Excerto do Borrador

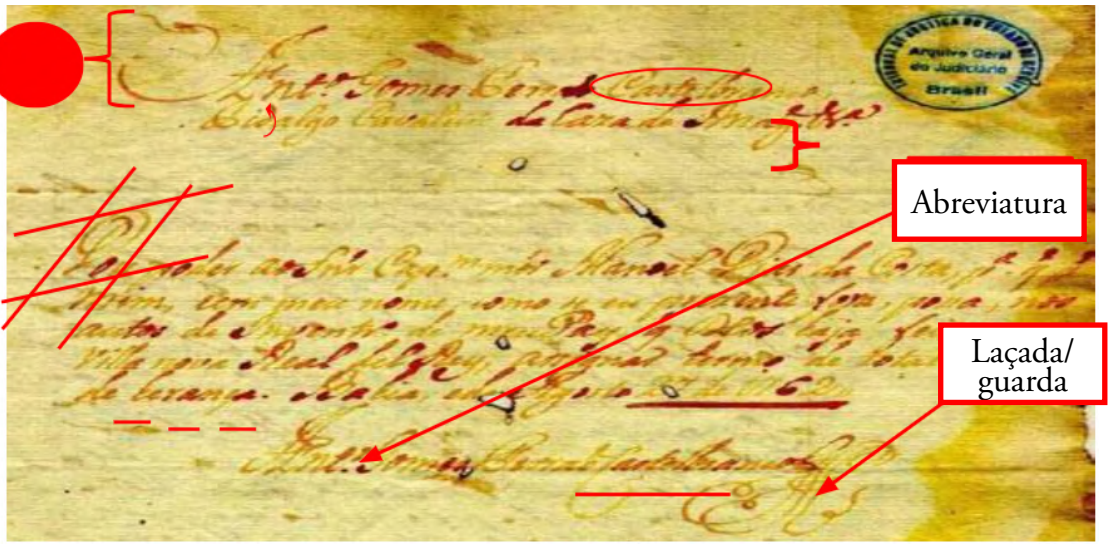


Fonte: Jesus (2025).

Em contraste, na assinatura retirada do fólio (184r) do *Borrador*, observam-se características semelhantes. Nota-se, também, a escrita pesada, grossa, cursiva em alguns pontos, demonstrando agilidade na escrita, e semicursiva em outros. É composta por ligaduras, que unem as letras e, em alguns casos, palavras. A inclinação do ângulo é dextrorrotatória, ou seja, o ângulo é levemente inclinado para a direita. A assinatura também é muito bem executada, o nome Antônio está abreviado, tendo como arremate final a laçada em forma de voluta, característica da mão de Antônio Gomes.

O excerto a seguir mostra, com riqueza de detalhes, os aspectos da escrita de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco.

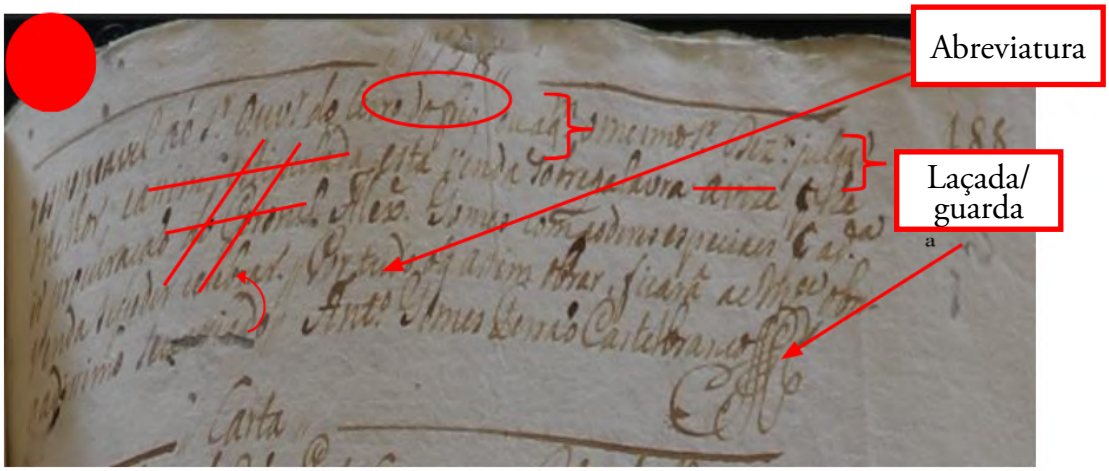
Figura 13: Excerto da Procuração Antônio Gomes



Fonte: Jesus (2025).

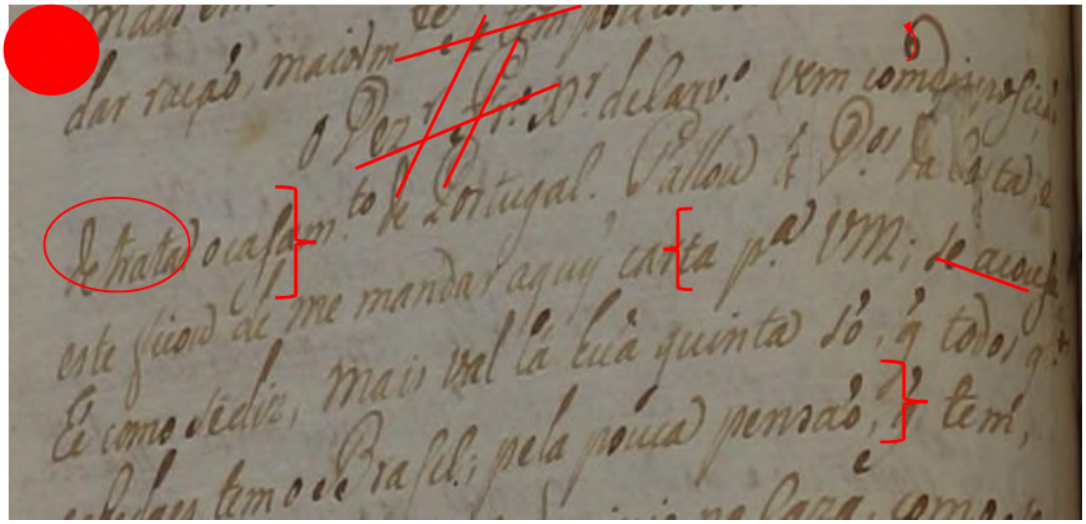
Além da escrita pesada, a escrita se apresenta ora cursiva, ora semicursiva, pois encontram-se diversos pontos de fuga e, consequentemente, novos pontos de ataque ao longo da escrita. O ângulo levemente inclinado para a direita. A forma do *ductus*, com destaque para os grafemas <A>, <B>, <C>, <D>, <F>, <M>.

Figura 14: Excerto do Borrador (f. 94v)



Fonte: Jesus (2025).

Figura 15: Excerto do Borrador (49v)

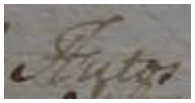
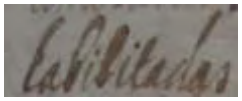
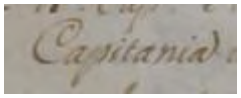
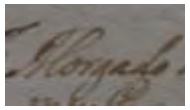
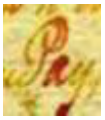
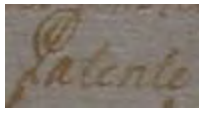


Fonte: Jesus (2025).

Na comparação entre os excertos extraídos da Procuração assinada por Antônio Gomes e os excertos extraídos do livro *Borrador*, supostamente assinados por Antônio Gomes, é possível observar as mesmas características *scriptográficas* presentes nesses documentos. Estas evidências levam a afirmar que se trata da mesma mão que escreveu tanto a procuração como os excertos retirados do *Borrador*. As semelhanças são ainda mais contundentes ao comparar cada movimento realizado na execução dos grafemas, as particularidades que cada traço adquire para formar cada letra, as características que cada letra assume, na forma como foi desenvolvida a abreviatura, sobretudo do nome Antônio na assinatura, no modo como o *scriptor* desenvolve sua assinatura e posteriormente realiza sua laçada, caracteristicamente, em forma de voluta.

No cotejo dos grafemas isoladamente, pode-se afirmar que as semelhanças na morfologia das letras são irrefutáveis. Essa paridade é notada no peso, no módulo ou tamanho das letras, no *ductus* dos grafemas, a exemplo de <A>, <B>, <C>, <D>, <F>, <G>, <h>, <M>, <P> e <R>, que mostram que o instrumento de escrita percorreu o mesmo trajeto na execução de cada um dos grafemas, como pode ser verificado no quadro a seguir:

Quadro 2: Cotejo entre grafemas

Cotejo de grafemas	
Grafemas Procuração	Grafemas Borrador
Ant*ôni*o **G**omes	 **A**utos [f. 151r] e**G**uerra [f. 160r]
Agosto **h**erança	Bahia [f. 139]  habilitadas [f. 110r]
Bahia **M**anoel	 Capitania [f. 37r]  Morgado [f. 195]
Cap*ita*m  **P**ay	Despesa [f. 201v]  Patente [f. 99r]
Dou **R**eal	Fiz [f.43r] Rellaçaõ [f. 201v]
Ferraõ	

Fonte: Elaborado pela autora.

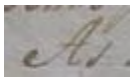
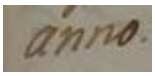
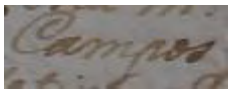
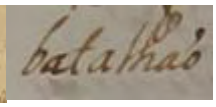
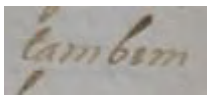
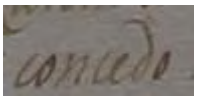
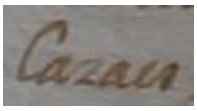
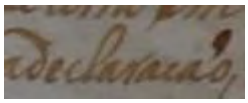
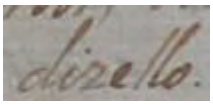
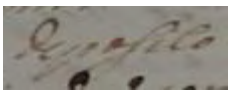
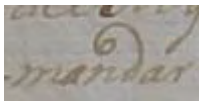
O cotejo das amostras apresentadas identificou diversas características paleográficas semelhantes e comuns aos documentos analisados, que fornecem elementos para assegurar que a amostra retirada do *Borrador* foi escrita por Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco. Diante desse fato, comprova-se a hipótese aventada de que a maioria do livro *Borrador* foi escrito por Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, ou seja, dos 217 fólios de mancha escrita, 195 foram escritos pelo Senhor de Engenho.

5.2. O quadro scriptográfico

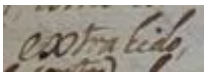
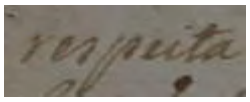
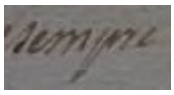
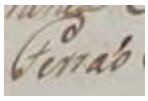
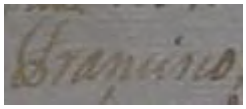
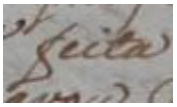
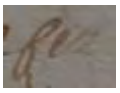
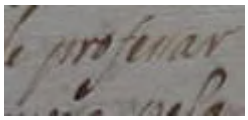
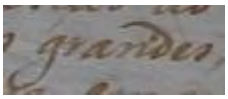
O alfabeto *scriptográfico* ou quadro *scriptográfico* ou quadro de variantes alfabéticas apresenta todas as variáveis alfabéticas encontradas no *corpus* em investigação. Para organização, selecionam-se todas as variáveis de cada grafema maiúsculo e todas as variáveis de todos os grafemas minúsculos, em posição inicial, medial e final.

O quadro a seguir ilustra as variáveis de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco.

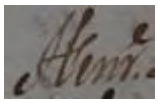
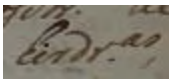
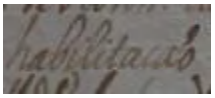
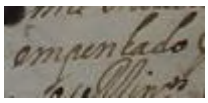
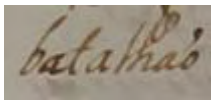
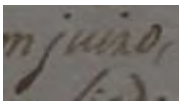
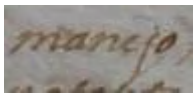
Quadro 3: Alfabeto scriptográfico

ALFABETO *SCRIPTOGRÁFICO*				
Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
A	**A**gosto (f. 2r)  **A**s (f. 56r)	 **a**nno (f. 50r)	 C**a**mpos (f. 120r)	cart**a** (f. 120r)
B	**B**orrador (f. 2r) **B**ahia (f. 2r)	 **b**atalhão (f. 33r) **b**arranco (f. 9v)	tra**b**alho (f. 117v)  tam**b**em (f. 50r)	Sem ocorrências
C	**C**ardozo (f. 22r) **C**onselho (f. 87v) **C**ompanheira (f. 142r)	 **c**oncedo (f. 112v)  **c**asaes (f. 116r)	 de**c**laração (f. 116r)	Sem ocorrências
D	**D**eos (f. 10r) **D**a (f. 10r) **D**isse (f. 15v)	 **d**izello (f. 56r)  **d**eposito (f. 33v) **d**escuido (f.3 3r) **d**o (f. 199r)	 man**d**ar (f. 59r) In**d**ias (f. 112r) Pe**d**ro (f. 36r)	Sem ocorrências

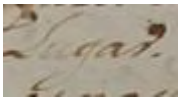
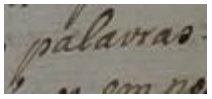
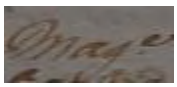
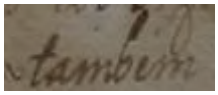
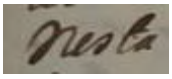
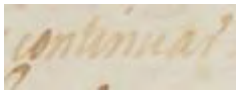
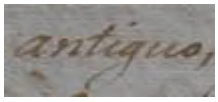
ALFABETO *SCRIPTOGRÁFICO*

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
E	**E**sta (f. 16r) **E**x*celentissi*mo (f. 11v) **E**lle (f. 20v)	 **e**xtrahido (f. 64r)	 r**e**spe**i**ta (f. 199r)	 sempr**e** (f. 199v)
F	**F**reire (f. 4r)  **F**errão (f. 16v) **F**ico (f. 18r) **F**olha (f. 21v)  **F**rancisco (f. 109v)	 **f**eita (f. 81r) **f**ilhas (f. 81r) **f**avorecer (f. 102v)  **f**ez (f. 135r)	o**ff**iciaes (f. 92v) Pro**f**issão (f. 102v)  pro**f**essar (f. 102v) in**f**amia (f. 112r) e**ff**eito (f. 120r)	Sem ocorrências
G	**G**omes (f. 109v)	 **g**randes (f. 116r)	au**g**mento (f. 102v)	Sem ocorrências

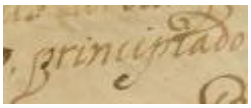
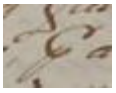
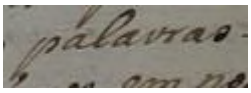
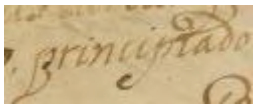
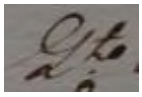
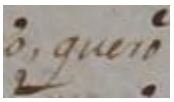
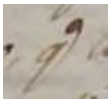
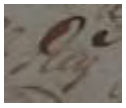
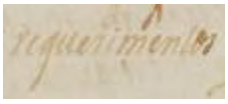
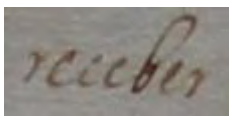
ALFABETO *SCRIPTOGRÁFICO*

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
H	**H**oje (f. 5r)  **H**enr*iqu*e (f. 115r) **H**é (f. 36r)	 **h**erd*ei*ras (f. 64v)  **h**abiitação (f.109v) **h**erdeiros (f. 36r)	Fol**h**a (f. 21v) T**h**omé (f. 64v)  empen**h**ado (f. 6v)  batalhão (f. 33r)	Sem ocorrências
I	**I**ndias (f. 112r) **I**nfantaria (f. 134r) **I**nfantaria (f. 134r) **I**nfantaria (f. 86r)	**i**nclusa (f. 69r)	t**iv**erem (f. 116r)	Sem ocorrências
J	**J**oão (f. 59v) **J**aneiro (f. 124v)	 **j**uizo (f. 109v)	 mane**j**o (f. 94r) cu**j**o (f. 134r)	Sem ocorrências
K	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sptembak (f. 92v)

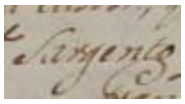
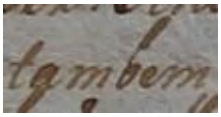
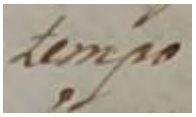
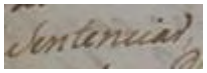
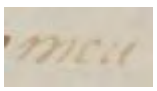
ALFABETO *SCRIPTOGRÁFICO*

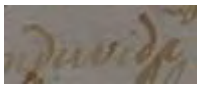
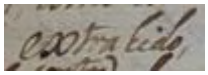
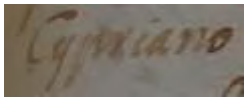
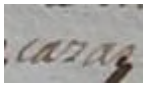
Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
L	**L**eonor (f. 5v)	**l**ugares (f. 112r)  **l**ugar (f. 21v)	To**ll**edo (f. 21r)  pa**l**avras (f. 64v)	natura**l** (f. 196v)
M	**M**inha (f. 5v) **M**inha (f. 16v)  **M**ag*estad*e (f. 115v)	**m**elhor (f. 36r)	re**m**essa (f. 38v)	 tambe**m** (f. 199)
N	**N**ão (f. 5v) **N**eto (f. 137) **N**ão (f.181v)	 **n**esta (f. 65r)	 conti**n**uar (f. 9v)  a**n**tiguo (f. 92r)	Sem ocorrências
O	**O**rdem (f. 115r)	**o**utra (f. 115r) **o**rdem (f. 115v)	to**d**as (f. 115r)	servid**o** (f. 115r) mesm**o** (f. 120r)

ALFABETO *SCRIPTOGRÁFICO*

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
P	**P**arte (f. 2r) **P**assa (f. 15v) **P**ara (f. 22r) **P**rezidente (f. 112v)	 **p**rincipiado (f. 2r)  ***p*or** (f. 21r)  **p**alavras (f. 64v)	 princ**p**iado (f. 2r) o**p**inião (f. 9v)	Sem ocorrências
Q	**Q**ue (f. 15v)  Quanto (f. 164v)	**q***ue* (f. 11v) **q**ualquer (f. 112r)  **q**uero (f. 33r) **q**ual (f. 33r)  **q***ue* (f. 21r)	Albur**q**ue (f. 132v) qual**q**uer (f. 112r)	Sem ocorrências
R	**R**avasco (f.10r)  **R**ey (f.112r) **R**io (f. 33r)	**r**ellação (f.92v)  **r**equerimentos (f. 10v)	mate**r**ia (f. 92v) o**r**deney(92v)	 receber (f. 102r) tratar (f. 102v)

ALFABETO *SCRIPTOGRÁFICO*

Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
S	**S**alles (f. 37r)  **S**argento (f. 21r)	**s**oldo (f. 93r) saber (f. 112r)	principali**s**simo (f. 84r) Cardoso (f. 37r) e**s**cravo (f. 92v)	unida**s** (f. 70r) filha**s** (f. 81r) arma**s** (f. 92v)
T	**T**ambem (f. 3v) **T**omaz (f. 4v) **T**enho (f. 13v) **T**olledo (f. 21r) **T**erey (f. 120) **T**erco (f. 130)	**t**ratar (f. 102v)  **t**ambem (f. 92r)  **t**empo (f. 21v)	fac**t**ivel (f. 82r) comple**t**em (f. 82r)  sen**t**enciar (f. 82r)	Sem ocorrências
W	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Sem ocorrências
U	**U**nhão (f. 81r)	**u**tilidade (f. 70r)	po**u**co (f. 10r)	 meu (f. 10r)

ALFABETO *SCRIPTOGRÁFICO*				
Letra	Maiúscula	Inicial	Medial	Final
V	**V**endo (f. 93r) **V***ossa**M**agestade*	**v**ergonha (f. 102v) **v**oltas (f. 135v)	 d**u**vida (f. 129v)	Sem ocorrências
X	**X**anceller (f. 130v)	Sem ocorrências	 e**x**trahido (f. 64r)	Sem ocorrências
Y	Sem ocorrências	Sem ocorrências	 C**y**priano (f. 134r)	mande**y** (f. 2r)
Z	Sem ocorrências	Sem ocorrências	Cardo**z**o (f. 22r)  ca**z**as (f. 77r) A**z**evedo (f. 93r) Pre**z**idente (f. 112v)	Lui**z** (f. 93r)

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerações finais

Como afirma Mattos e Silva (2004), a reconstrução da sócio-história linguística do português brasileiro é trabalho para muitas mãos e por muito tempo. E o escrutínio de fontes documentais das origens aos dias atuais é necessário para dar conta de tal agenda. Nesse sentido, O *Borrador*, aqui apresentado, documentação rara, representativa de um período importante, que recobre a gestação do português brasileiro, configura-se como uma relíquia e contribui, de forma significativa, para os estudos do português no período colonial, especialmente para o desenvolvimento

científico, na medida em que lançará luz sobre um período da história social e linguística do português no Brasil, ainda pouco conhecido.

Para conferir credibilidade e confiabilidade ao referido documento, utilizou-se um alinhamento teórico e metodológico, como concebe a Sociolinguística Histórica (Romaine, 1982; Hernández-Campoy; Conde-Silvestre, 2012), na qual se investigam aspectos sócio-históricos importantes para o controle da amostra, tais como: *o que* escreveu? *Como* escreveu? *Quem* escreveu? *Por que* escreveu? *Para quem* escreveu? *Quando* escreveu? Aliados a essa perspectiva teórica, os olhares cruzados da Paleografia, da Diplomática e da Codicologia, numa perspectiva interdisciplinar, promovem discussões sólidas acerca do documento, numa abordagem metodológica rigorosa de investigação de autoria mecânica, por meio da análise da morfologia das letras. Este artigo, portanto, ilustra os passos anteriores à edição filológica, na rotina metodológica do CE-DOHS/NELP, no processo de constituição de *corpora* históricos (Lacerda; Lose; Carneiro, 2025).

Referências

BARBOSA, A. G. Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOBO, Tânia et al. (org.). Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises. v. 6, t. 2. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 761-780.

BOTELHO, Â. V.; ANASTASIA, C. D. M. da C. e a Sedição de 1736. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CARDOSO, L. da S.; CARNEIRO, Z. de O. N.; LACERDA, M. F. de O. Para um estudo da formação do português brasileiro: descrição, representatividade e potencialidades do corpus colonial do CE-DOHS. Labor Histórico, Rio de Janeiro, v. 7, p. 330-355, 2021. DOI: https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.41843. Disponível em: Acesso em: 10 de agosto. 2024.

CARNEIRO, Z. de O. N. Cartas brasileiras (1808-1904): um estudo linguístico-filológico. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Z. de O. N. ; LACERDA, M. F. de O. (Org.). CE-DOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão - Início. Disponível em: http://www.uefs.br/cedohs. Acesso em: 14 fev. 2025.

CASTRO, I. de. Para uma história do português clássico. In: Actas do Congresso Internacional sobre o português. Lisboa: Colibri/APL, v. II, p. 135-150, 1996.

CONTRERAS, L. N. Manual de paleografia. Madrid: Cátedra, 1994.

CORRÊA. F. do N. Estudos arqueométricos e de conservação preventiva do patrimônio cultural de papel. 2016. 130f. Tese (Doutorado em Processos Químicos e Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DEL PRIORE, M. Ritos da vida privada. In: História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. Org. Melo e Souza, Laura. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, G. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.São Paulo: Global, 2003.

GONÇALVES, M. F. O tratamento de tinta Ferrogalica: exemplos de instituições de guarda no Brasil. 23º Encontro da ANPAP - Ecossistemas Artísticos. 2014. Belo Horizonte - Minas Gerais.

HERNÁNDEX-CAMPOY, J. M.; CONDE SILVESTRE, J. C. The Handbook of Historical Sociolinguistics. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

JESUS, P. S. de. O BORRADOR de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco (1700-1800): edição semidiplomática e estudos sócio-histórico, codicológico, diplomático e paleográfico. Tese de Doutorado em Linguística, a sair) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2025.

KANTOR, I. Polêmicas sobre o Novo Mundo nas Academias Brasílicas (1724-1759). Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. CD-ROM.

KANTOR, I. A Academia Brasílica dos Renascidos e o governo político da América portuguesa (1759): notas sobre as contradições do cosmopolitismo acadêmico luso-americano. Revista da História das Ideias. Vol. 24 (2003). Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

KANTOR, I. Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: HUCITEC/ Centro de Estudos Baianos/ UFBA. . Acesso em: 21 out. 2025. , 2004

LACERDA, M. F. de O.; CARNEIRO, Z. de O. N. (Org.). Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://nelp.uefs.br/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

LACERDA, M. F. de O.; LOSE, A. D.; CARNEIRO, Z. de N. O português no Brasil colonial: reflexões sobre edições de manuscritos históricos brasileiros. Working Papers em Linguística (online). Edição Especial História do Português Brasileiro: Uma homenagem ao professor Ataliba de Castilho. 2025. p. 74-105.

LACERDA, M. F. de O. O Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana: centro de Linguística Histórica no Semiárido baiano. In: Revista Confluência. 2024. p. 147-199.

LOPES, L. F. R. A engrenagem da rejeição: fluxos, cifras e enredos da reprovação na carreira inquisitorial portuguesa (1670-1780). Scielo Brasil. 2022.

LOSE, A. D. Ver más allá del texto: análisis material de los Pasquines Sediciosos de la Revolución de los Sastres en Bahía en el siglo XVIII. Revista Espacio Tiempo y Forma. Serie IV, Historia Moderna, número 35, páginas 71-96, en el año 2022

MATTOS E SILVA, R. V. Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: AlkmimTM (Org.). Para a história do português brasileiro.v. 1. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002, p. 443-464.

NELP (NÚCLEO DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA) https://nelp.uefs.br/

PETRUCCI, A. La ciencia de la escritura. Primeralección de paleografia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

PROJETO ALFAL 25 -https://mundoalfal.org/sites/default/files/proyectos/Proj25.htm

ROMAINE, . Socio-historicallinguistics: its status andmethodology. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

RICKMAN, C.; BALL, S. Conservação de obras de arte e papel: gravuras, desenhos e aquarelas. In: Conservação de coleções/ Museums, Libreries and Archives Conucil; [Tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza] Museologia, RoteirosPráticos – São Paul: Editora da Universidade de São Paulo. Fundação Vitae. 2005.

SÁEZ, C.; CASTILLO, A. 2004. "Paleografía e Historia de la Cultura Escrita: del signo a lo escrito", en Introducción a la Paleografía y la Diplomática General, editado por A. Riesco Terrero, 21-31. Madrid: Editorial Síntesis.

SOUZA, A. R. de. A "DONA" DO SERTÃO: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

SOUZA, A. P. Cidade, poder local e atividades econômicas: Bahia, século XVIII. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

SOUZA, A. P. A Bahia no século XVIII: Poder político local e atividades econômicas, São Paulo: Alameda, 2012.

TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

TARALLO, F. (1993b). Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). Português brasileiro: uma viagem diacrônica. 2. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 69-106.

TARALLO, F. (1983). Relativization strategies in Brazilian Portuguese. Tese de Doutorado. Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. DEDALUS - Banco de Dados Bibliográficos da USP: descrição de dados para cadastramento das informações bibliográficas com uso do formato MARC - Machine Readable Cataloging. São Paulo: SIBi/USP, 1999.

VASCONCELOS, D. de. História média de Minas Gerais. 1918. Op. cit., p. 100.